

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso aprova projeto que corta benefícios fiscais e eleva impostos 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

STF tem dever de desarmar bomba previdenciária (Editorial) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motta e Lula discutem "calibragem" na relação política 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso é convocado para votar Orçamento 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova corte de benefícios e taxa maior para bets e fintechs 8

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sob pressão, Motta cita Câmara machucada , e aliados dizem que deputado tem tempo para recompor com governo e STF

..... 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como deve ficar nova formação da equipe econômica com a possível saída de Fernando Haddad

..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto que aumenta a arrecadação traz "reciclagem" do orçamento secreto 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Indústria e fintechs criticam aumento de tributos 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova redução de benefícios, e governo terá mais R\$ 20 bi em 2026 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPÓSTOS

STF limita multa isolada tributária por descumprimento ou erro em declaração 17

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Disruptivo e distópico 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Haddad: crescimento ajuda o esforço fiscal 21

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2025

A estagnação econômica do terceiro trimestre ESPAÇO (Artigo).....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS	
ECONOMIA	
Lula ameaça desistir de acordo se UE não assinar tratado até sábado.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS	
ECONOMIA	
Juros sobem e analistas reduzem aposta de corte em janeiro.....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA	
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Aumento de remessas ao exterior chega a 30% este ano.....	29

Congresso aprova projeto que corta benefícios fiscais e eleva impostos

FLÁVIA SAID PEPITA ORTEGA BRASÍLIA

O Congresso aprovou ontem projeto de lei que reduz benefícios fiscais em 10% e ainda amplia a tributação de bets e fintechs para aumentar a arrecadação em 2026. A proposta tramitou pela Câmara e pelo Senado no mesmo dia. Na madrugada, passou pelos deputados e à noite pelos senadores.

O governo precisava concluir a aprovação da medida a tempo de colocar as mudanças no projeto de Orçamento para 2026, que deve ser votado entre hoje e amanhã. O projeto de lei corte linearmente os benefícios tributários e deve render mais que os R\$ 20 bilhões necessários para o Orçamento do próximo ano.

A proposta agora vai para sanção presidencial.

Após a aprovação pela Câmara, o presidente da Casa, Hugo Motta, (Republicanos- PB), disse que o projeto traz "justiça fiscal". Ele também citou a sobrecarga do Estado na sustentação do atual modelo de benefícios. Segundo o parlamentar, "não é aceitável que o trabalhador pague a conta enquanto os setores lucram bilhões com uma tributação desatualizada".

Relator do projeto no Senado, Randolfe Rodrigues (PTAP), defendeu a proposta.

"Não devemos esquecer que tal vantagem tributária, creditícia ou financeira será entregue para pequenos grupos específicos ao custo de diminuir a arrecadação que seria utilizada para outras políticas públicas", afirmou.

1. As alíquotas que vão mudar O projeto deve gerar uma arrecadação extra de R\$ 22,45 bilhões em 2026, superando a meta de R\$ 20 bilhões necessária para o superávit primário - quando a arrecadação supera as despesas sem contar o pagamento dos juros da dívida pública.

Veja o que muda: BETS A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028.

I A regra: O governo reduzirá a fatia que as empresas podem reter para custeio (hoje em 88%).

I Escalonamento: A retenção cairá para 87% em 2026, 86% em 2027 e 85% em 2028. A diferença irá para a **Seguridade Social**.

I Crime: O texto também pune quem divulgar casas de apostas ilegais no País.

FINTECHS A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintech, que hoje é de 9%, vai subir consideravelmente: I 2026 e 2027: Sobe para 12%.

I A partir de 2028: Passa para 15%.

I Para outras instituições financeiras (crédito e financiamento), a taxa sobe para 17,5% (até 2027) e 20% (a partir de 2028).

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) Investidores que recebem proventos de empresas via JCP pagarão mais Imposto de Renda.

A alíquota na fonte subirá de 15% para 17,5%.

I O JCP é uma forma das empresas distribuírem lucro aos acionistas pagando menos imposto corporativo.

2. Corte de benefícios fiscais O texto impõe um corte linear de 10% em diversos benefícios tributários federais (PIS/Cofins, IPI, CSLL, entre outros).

I Prazo de Validade: Novos benefícios terão validade máxima de 5 anos.

I Teto: Fica proibido criar novos incentivos se o total de renúncias fiscais ultrapassar 2% do **PIB**.

I Exceção: No regime de Lucro Presumido, o corte só atinge empresas com receita bruta acima de R\$ 5 milhões (o teto anterior era R\$ 1,2 milhão). O corte nos benefícios é a maior fonte de receita do pacote, respondendo por R\$ 17,5 bilhões do total a ser arrecadado.

3. Redução de benefícios O texto determina a redução de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, além de instituir critérios para sua concessão. O prazo máximo de vigência dos benefícios será de cinco anos, a não ser em caso de benefícios associados a investimentos de longo prazo,

e desde que apresente estimativa dos investimentos durante o período em que vigorar.

A redução se aplica a benefícios relativos a uma série de **tributos** federais: Contribuição para o Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e a Cofins-Importação; Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Imposto de Importação; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Previdenciária do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada.

Ainda abrange incentivos instituídos por meio dos regimes de lucro presumido e o especial da Indústria Química (Reiq) - que será substituído pelo Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq).

Caso o valor total dos incentivos e benefícios tributários ultrapasse montante equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), fica vedada a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos e benefícios tributários.

4.Mais IR A proposta aumenta a cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre a distribuição dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) por empresas a acionistas, de 15% para 17,5%. O JCP é outra forma de pagar proventos a acionistas.

Diferentemente dos dividendos, pagos com base no lucro líquido da empresa, o JCP é calculado com base no capital próprio, sendo considerado uma despesa financeira e é dedutível antes do cálculo do Imposto de Renda, o que pode reduzir a base tributável da empresa.

5.Jogos de azar No caso das bets, que atualmente pagam 12%, houve aumento da taxação para 15%, de forma escalonada, em 2026, 2027 e 2028. O aumento se dá por meio da redução do porcentual que fica com as bets para a cobertura de despesas de custeio. Hoje esse porcentual é de 88%, com repasse de 12% ao poder público.

O porcentual passaria para 87% em 2026, com destinação de 1% para a **seguridade social**, fora os 12% que seguem tendo destinações específicas. Depois, em 2027, os montantes passariam para 86% e 2%, respectivamente.

Em 2028, os porcentuais atingem a estabilidade, em 85% e 3%.

Também foram incluídas no texto regras que procuram responsabilizar pessoas que divulguem casas de apostas que operem de forma irregular no País.

"Nossa intenção é coibir a proliferação de jogos ilegais e desonestos que exploram vulnerabilidades da população, sobretudo de baixa renda", escreveu o relator.

6.Bancos digitais A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de fintechs foi ampliada para 12% de 2026 até 31 de dezembro de 2027, e para 15% a partir de 1º de janeiro de 2028. Atualmente, as fintechs pagam 9% de CSLL.

Também foi ampliada para 17,5% a taxação para sociedades de crédito, financiamento e investimentos e pessoas jurídicas de capitalização. Essa alíquota valerá até dezembro de 2027. A partir de 2028, será de 20%.

7.Lucro presumido No caso do regime do lucro presumido, as mudanças só irão se aplicar aos porcentuais de presunção incidentes sobre a parcela da receita bruta total que exceda o valor de R\$ 5 milhões no ano-calendário.

No texto original, o valor a partir do qual incidiria o corte de 10% era de R\$ 1,2 milhão.

8.Restos a pagar Outra mudança introduzida pelo relator se refere aos restos a pagar - despesas públicas que foram empenhadas (reservadas no Orçamento) em um ano fiscal, mas que não foram pagas até 31 de dezembro.

Os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, vigentes em dezembro de 2024 e posteriormente cancelados, serão revalidados e poderão ser liquidados até o final do exercício de 2026.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF tem dever de desarmar bomba previdenciária (Editorial)

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje um julgamento que pode ter impacto explosivo nas contas da Previdência. Está em jogo um dos pilares da reforma aprovada pelo Congresso em 2019. Para buscar o equilíbrio do sistema previdenciário, os congressistas aumentaram tempo de contribuição, idade mínima para aposentadoria e limitaram benefícios. Outros países preocupados com o envelhecimento populacional e o rombo crescente da Previdência promoveram reformas semelhantes. A controvérsia repousa sobre os detalhes -e, nesse caso, eles representam centenas de bilhões. Equivalem, na prática, a uma contrarreforma da Previdência, que poria a perder os ganhos orçamentários obtidos até agora e criaria risco ainda maior às já combalidas contas públicas.

Na aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de acidente de trabalho ou doença profissional, ficou garantida aposentadoria correspondente a 100% da média salarial. Porém, nos casos de invalidez não decorrentes de acidente ou doença no trabalho, a regra passou a ser a mesma dos demais aposentados: remuneração correspondente a 60% da média salarial, com acréscimo de 2 pontos percentuais por ano de contribuição além dos 20 anos. A questão sob análise no STF é se todos os casos de invalidez deveriam resultar em aposentadoria de 100% da média.

Antes de sair da Corte, o então ministro Luís Roberto Barroso relatou o caso e se opôs à mudança. Os ministros Nunes Marques, André Mendonça e Cristiano Zanin acompanharam o relator. Na direção contrária, Flávio Dino, Edson Fachin, Cármem Lúcia, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli apoiaram a ideia de assegurar 100% a todos os casos. Com o placar em 4x5, faltam votar Gilmar Mendes e Luiz Fux.

Manter a regra em vigor não significa condenar ninguém a situação vulnerável. Se a reforma da Previdência tivesse esse efeito, o Brasil não festejaria neste ano a saída do Mapa da Fome das Nações Unidas ou a queda acentuada de pobreza miséria e desigualdade. Nenhum aposentado no Brasil ganha menos de um salário mínimo. Em caso de perda drástica de vencimentos, os aposentados por invalidez não ficam desamparados. Se cumprem os requisitos, têm direito a programas como Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A contrarreforma, em contrapartida, teria poder devastador sobre as contas públicas. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estão listadas as principais demandas judiciais contra a União. Caso o governo seja derrotado em todas, o impacto negativo nos cofres públicos é estimado em R\$ 765,6 bilhões. Desse total, 65% (ou R\$ 497,9 bilhões) viriam da contrarreforma da Previdência em julgamento no Supremo. Não é difícil prever as consequências para o governo, em especial na dificuldade de financiar a rede assistencial do Estado.

Com a mudança de entendimento, haveria incentivo para quem trabalha tentar obter diagnóstico de doença crônica. Além de antecipar a aposentadoria, ganharia mais que se aposentando na idade mínima. Já superlativas, as filas do **INSS** nunca mais teriam fim. Os tribunais seriam inundados por milhões de processos. A indústria de liminares relacionada ao BPC não deixa dúvidas. Há uma bomba que o Supremo tem o dever de desarmar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Motta e Lula discutem "calibragem" na relação política

Murillo Camarotto, Sofia Aguiar, Beatriz Roscoe e Renan Truffi

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse ao Valor que discutiu na terça-feira (16) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma espécie de "rearranjo" nas relações com o governo. Os dois falaram ao telefone antes da sessão que aprovou um corte de 10% nos benefícios fiscais federais, além da taxação extra sobre bets, fintechs e Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

Questionado se teria sido uma conversa de reaproximação política com o Palácio do Planalto, Motta relativizou. "Discutimos a importância de cada um poder exercer bem o seu papel", resumiu. Na quarta-feira (17), durante reunião ministerial, Lula disse que as recentes divergências entre o Executivo e o Congresso mostram que os chefes dos Poderes precisam "conversar mais" e "aparar as arestas".

Motta fez questão de destacar que a Câmara entregou ao governo praticamente todas as propostas econômicas enviadas, até mesmo as medidas de recomposição da receita encaminhadas após a derrubada do novo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo próprio Congresso. Lembrou, ainda, que somente a decisão da madrugada de quarta vai render mais de R\$ 20 bilhões em 2026 aos cofres federais, quantia fundamental para a perseguição da meta fiscal.

Além dessas medidas, avançaram na presidência de Motta os projetos de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, a segunda regulamentação da **reforma tributária**, do devedor contumaz e a mudança do arcabouço fiscal para permitir mais gastos com saúde e educação, além de matérias da agenda microeconômica.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a fala de Motta. Também durante a reunião ministerial, ele agradeceu o "enorme esforço" dos presidentes da Câmara e do Senado no endereçamento das pautas de interesse do governo.

"É natural [ter] as tensões entre os Poderes, brigar por mais ou menos [mudanças nos projetos]. Mas a grande verdade é que, no meio disso tudo, nem sempre se reconhece o esforço institucional enorme

que foi feito pelos presidentes das duas Casas desde 2023. Nós pautamos os projetos que foram encaminhados. Saíram como nós pautamos? Não, mas o papel da democracia é alterar, modificar", argumentou Haddad.

Lula também fez acenos ao Legislativo. "Conseguimos aprovar tudo que queríamos aprovar conversando, cedendo, fazendo tudo que é próprio da democracia. Se o povo ganha, eu não tenho nada contra ninguém", ponderou o presidente. "Sou amigo de [Arthur] Lira, do [Davi] Alcolumbre, do Motta e do [Rodrigo] Pacheco. Sou muito grato ao que eles fizeram e, na hora que surgiu uma divergência, é importante saber que precisamos conversar mais, aparar as arestas."

O governo ainda precisa da cooperação de deputados e senadores para aprovação do Projeto de Lei Orçamentária (Ploa) de 2026. O texto deve ser apreciado na quinta-feira (18) em sessão conjunta do Congresso (ver nesta página).

Motta, contudo, ainda demonstra incômodo com a postura do governo em relação a ele. Seu principal problema é com o líder do PT, deputado Lindbergh Farias (RJ), com quem rompeu publicamente. No auge da crise, o petista chegou a dizer na tribuna que o presidente da Câmara não tinha mais condições de permanecer no cargo. Recentemente, o petista afirmou que o clima estava mais sereno.

A partir de 2026, a liderança do PT na Câmara passará para o deputado Pedro Uczai (SC), com quem Motta tem boa relação. A expectativa, portanto, é de retomada no diálogo. Com o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), o clima também é melhor. "Vamos ver como as coisas vão andar", limitou-se a dizer o presidente da Câmara, ao ser questionado sobre uma eventual aproximação com o Planalto.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Congresso é convocado para votar Orçamento

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocou sessão conjunta do Congresso para hoje (18), às 12h. Na pauta, está a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 (PLN 15/2025), que ainda depende de aprovação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Davi afirmou que a sessão pode ser adiada para amanhã (19) até que deputados e senadores tenham conhecimento do relatório final do deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). "Se o relatório não for condensado a ponto de deputados e senadores poderem votar, nós vamos adiando. Ela pode ser adiada até para sexta", disse.

Além do Orçamento, parlamentares devem analisar outros projetos como o PLN 6/2025, que destina R\$ 8,3 bilhões para a constituição do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais - que estava prevista na **reforma tributária**.

Outro projeto que pode ser votado é o PLN 18/2025, que abre crédito suplementar de R\$ 3 milhões para a Companhia Docas do Ceará. Os recursos, resultantes de cancelamento de outras dotações, serão usados para aquisição de equipamentos e para estudos náuticos. (Com Agência Senado)

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-1812202506%20-%20cb7859448043deafb0efb23909344857.pdf

Senado aprova corte de benefícios e taxa maior para bets e fintechs

Jéssica Sant'Ana, Caetano Tonet e Gabriela Guido

O Senado aprovou na quarta-feira (17), por 62 votos a favor e 6 contrários, o projeto de lei complementar que corta 10% dos benefícios fiscais vigentes e aumenta a tributação de bets, fintechs e Juros sobre o Capital Próprio (JCP). O relator, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), não fez mudanças em seu parecer para evitar que o texto retornasse à Câmara dos Deputados.

O projeto segue agora para sanção presidencial. A oposição apresentou um destaque para retirar do texto o aumento da taxação das fintechs, mas foi derrotada.

O projeto aprovado deve render arrecadação abaixo dos R\$ 20 bilhões desejados pela equipe econômica. O montante é fundamental para facilitar o cumprimento da meta fiscal do próximo ano, que é de um superávit de R\$ 34,3 bilhões. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no entanto, permite que o governo mire o piso desse objetivo, ou seja, déficit zero.

A arrecadação menor ocorre porque o corte linear de benefícios vai exigir o cumprimento da noventena, ou seja, do prazo de 90 dias antes de entrar em vigor no caso da redução dos benefícios que envolvam **tributos** como PIS/Cofins, CSLL, IPI e contribuição previdenciária. Além disso, a elevação da taxação das bets e das fintechs entrará em vigor gradualmente.

A consultoria Warren calcula que o projeto completo, considerando o corte linear, a mudança no regime do lucro presumido e o aumento das tributações, pode render R\$ 13,1 bilhões em arrecadação bruta e R\$ 9,7 bilhões em receita líquida para o governo federal no ano que vem. A arrecadação líquida é aquela que fica para a União após a transferência a Estados e municípios.

O corte de aproximadamente 10% dos gastos tributários mais o adicional de tributação sobre o regime do lucro presumido deve gerar uma receita bruta de R\$ 9,6 bilhões em 2026, sendo R\$ 7,4 bilhões líquidos após as transferências, pelos cálculos da Warren. Esse valor já considera a noventena.

Já pelas projeções do relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com base em informações prestadas pela Receita, a expectativa é

de uma arrecadação bruta de R\$ 17,5 bilhões, mas em valores anualizados. Oficialmente, o Fisco ainda não se manifestou.

O projeto aprovado prevê ainda aumento de 12% para 15% sobre o Gross Gaming Revenue (GGR) das bets, de 15% para 17,5% do Imposto de Renda (IR) retido na fonte dos JCP e acaba com a alíquota reduzida de CSLL de 9% sobre as fintechs. Essa mudanças têm o potencial arrecadatório líquido de R\$ 2,2 bilhões, segundo a Warren.

Já Aguinaldo afirma que o aumento da tributação das fintechs deve render R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos de forma escalonada e anualizada, enquanto o aumento na tributação dos JCP terá impacto de R\$ 2,5 bilhões em 2026, porque entrará em vigor imediatamente a partir de 1 de janeiro.

No caso das bets, o relator calcula um ganho de R\$ 1,7 bilhão em dois anos, sendo R\$ 850 milhões em 2026.

O avanço do texto, segundo fontes, foi construído a partir de um acordo para que o governo não dificultasse a aprovação do projeto de lei que pode diminuir as penas dos condenados pelo 8 de janeiro, apelidado como PL da dosimetria. "O acordo foi para ninguém atrapalhar ninguém", afirmou, sob sigilo, um líder da oposição.

O acerto feito pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), foi criticado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) durante a votação do PL da dosimetria no plenário. Para ele, ao aceitar o avanço da redução de penas para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, Wagner está dando "um pernambuco de Natal aos golpistas".

O líder governista rebateu, reconhecendo o movimento, mas dizendo que o acordo foi de procedimento e não de mérito. "Simplesmente para não postergar a votação dessa matéria e não postergar também a votação de outra matéria que eu considero fundamental para o povo brasileiro, que é a votação do projeto que diz respeito à taxação das bets, dos bancos e dos bilionários", afirmou o líder.

As medidas de aumento de arrecadação eram tentadas pela equipe econômica desde a edição da

medida provisória (MP) com alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), editada em maio. O texto perdeu a validade, porque não foi votada pelo Congresso. Um acordo que envolveu o pagamento extra de emendas parlamentares foi feito nos bastidores para destravar a apreciação do projeto do corte de benefícios fiscais, conforme mostrou o Valor.

O próprio avanço do texto no Congresso era incerto, diante dos lobbies setoriais contra a medida. Contudo, o governo conseguiu costurar o acordo para avanço da matéria.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Sob pressão, Motta cita Câmara machucada , e aliados dizem que deputado tem tempo para recompor com governo e STF

Sob pressão da esquerda à direita, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou a líderes nesta semana que a Casa foi muito "machucada" em 2025, referindo-se a momentos críticos que os deputados enfrentaram neste primeiro ano da gestão.

De acordo com relatos de três líderes, o parlamentar disse em reunião nesta terça-feira que todos os deputados sofreram reveses neste ano, cada um à sua maneira. A fala provocou uma onda de solidariedade, com aliados elogiando a condução dos trabalhos de Motta à frente da Casa.

Nos bastidores, no entanto, a avaliação é outra. Na reta final do ano legislativo, o deputado sofreu críticas de governistas e oposicionistas, com parlamentares levantando dúvidas sobre a autoridade dele para comandar o plenário e com o sentimento de que o primeiro ano da gestão de Motta não foi bom, suscitando comparações com a atuação de seu antecessor, o deputado Arthur Lira (PP-AL).

Essa leitura é compartilhada inclusive por aliados do presidente da Câmara, que reconhecem dificuldades na consolidação de autoridade interna ao longo do ano. Segundo esses interlocutores, Motta enfrentou uma sucessão de crises institucionais que reduziram sua margem de manobra e o colocaram sob pressão simultânea do Planalto, da oposição e do Supremo Tribunal Federal.

O desabafo do presidente da Câmara nesta semana ocorreu em meio a um ambiente político ainda tensionado na Casa. Nos últimos dias, a oposição passou a vocalizar insatisfação com a condução de Motta, com o líder oposicionista Zucco (PL-RS) afirmado publicamente que o bloco perdeu a confiança na gestão do presidente da Casa. Aliados de Motta veem o movimento como uma tentativa de pressioná-lo a assumir posições mais nítidas no embate com o governo. Procurado, o presidente da Câmara não se manifestou.

Apesar disso, no entanto, o grupo do parlamentar afirma que há tempo e possibilidades de Motta recompor com o Executivo e o Supremo. Um aliado

próximo dele afirma que há disposição do deputado em distensionar a relação com os demais Poderes e diz que Motta tem perfil conciliatório, o que ajuda nesse processo.

A fala em tom de desabafo de Motta ocorre num momento em que a autoridade dele é questionada por colegas. O parlamentar foi eleito com apoio quase que majoritário dos partidos e passou esse ano tentando se equilibrar entre as demandas do PT de Lula e do PL de Jair Bolsonaro.

Esse esforço de equilíbrio, dizem líderes partidários, acabou produzindo desgaste nos dois campos. Enquanto o PL passou a cobrar gestos mais firmes contra o governo, setores da base governista desconfiaram da disposição de Motta em sustentar pautas de interesse do Executivo diante de acenos ao bolsonarismo.

Na semana passada, o presidente da Câmara sofreu duras críticas da esquerda, da direita e até mesmo do centrão com a não cassação dos mandatos de Glauber Braga (PSOL-RJ) e Carla Zambelli (PL-SP), além da aprovação em plenário do projeto que reduz penas para os envolvidos nos ataques golpistas do 8 de janeiro. Zambelli depois renunciou ao mandato, em uma saída que teve a costura de Motta.

Com essas votações, ele renovou acenos ao bolsonarismo, afastando a esquerda e gerando ruídos com o Palácio do Planalto - reforçando o sentimento de desconfiança de integrantes do governo com o deputado, que é recíproco.

Nos últimos dias, porém, lideranças do PT, PSB e até do PSOL passaram a arrefecer o tom das críticas, numa avaliação de que o confronto aberto com o presidente da Câmara poderia dificultar a reta final da agenda econômica do governo antes do recesso parlamentar.

Por outro lado, a cúpula da Casa se queixa do que classifica como ataques incentivados pelo Planalto ao Congresso, sobretudo a campanha em defesa da agenda de justiça tributária, com a retórica "nós contra eles". Manifestações no último domingo, por exemplo,

tiveram como um dos alvos o presidente da Câmara.

Aliados citam projetos

Aliados do parlamentar dizem que ele fez gestos expressivos ao governo nesta semana, ao garantir a aprovação de matérias prioritárias para o Executivo, como a conclusão da votação da regulamentação da **reforma tributária**, e o projeto que prevê corte de incentivos fiscais e aumento de tributação de bets e fintechs.

Esses gestos foram citados por governistas como sinais concretos de distensão após semanas de atrito. A avaliação é que, ao assegurar a entrega dessa pauta, Motta ganhou tempo para tentar recompor a relação de confiança com o Planalto.

O avanço dessa agenda contou com um reforço na articulação política de Lula, com conversas do próprio presidente da República e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com Motta. Lula, inclusive, fez falas públicas afirmando que Motta é seu amigo, que não há desavenças, e agradecendo o empenho do Congresso nas votações importantes para o governo.

- Sou amigo do Hugo Motta, do Arthur Lira, do [Rodrigo] Pacheco, do [Davi] Alcolumbre. Sou grato pelo que eles fizeram nesses três anos comigo. Na hora que surgir uma divergência, é importante a gente lembrar que precisamos conversar mais, aparar as arestas. Estou disposto a fazer isso porque nós somos gratos por tudo o que foi aprovado até agora - disse Lula nesta quarta, em reunião ministerial.

Um líder próximo a Motta justifica a pauta conturbada neste fim de ano afirmando que era preciso tirar da frente temas considerados polêmicos que estavam na ordem do dia da Câmara e atrapalhavam os trabalhos parlamentares.

Ele prevê que o próximo ano será voltado à construção de uma pauta positiva para a Casa e cita o empenho de Motta em fazer avançar projetos da segurança pública, entre eles o projeto de lei antifacção e a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Segurança, que deverão ser discutidos logo na volta do recesso.

Nesse sentido, diz que o parlamentar tem tempo para recompor uma relação de confiança com o governo federal. Ele busca apoio de Lula à candidatura de seu pai, o prefeito Nabor Wanderley (Republicanos-PB), ao Senado no próximo ano.

Outros dois aliados do presidente da Casa reconhecem as dificuldades enfrentadas pelo deputados neste ano, mas citam como uma vitória

nesta reta final de 2025 a construção de um bloco parlamentar formado por partidos de centro que, na avaliação deles, garantirá governabilidade de Motta. Isso porque o bloco tem 257 votos, a maioria da Casa.

Um desses políticos afirma ainda que avalia ser importante Motta tomar um lado em 2026, para não seguir no que classificou como o pingue pongue da oposição contra o governo. Ele diz que o presidente da Câmara precisa, de uma vez, abraçar o centro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/12/18/sob-pressao-motta-cita-camara-machucada-e-aliados-dizem-que-deputado-tem-tempo-para-recompor-com-governo-e-stf.ghtml>

Como deve ficar nova formação da equipe econômica com a possível saída de Fernando Haddad

A saída do ministro Fernando Haddad da Fazenda, dada como certa para o começo do ano que vem, deve provocar uma dança das cadeiras na equipe econômica do governo. O titular da pasta deve sair para participar da campanha à reeleição de Lula, embora o PT ainda deseje vê-lo como candidato em São Paulo.

A provável promoção do atual número 2 da pasta, Dario Durigan, ao comando do ministério deve alçar outro integrante da equipe de Haddad à secretaria executiva: Rogério Ceron, que hoje lidera o Tesouro Nacional.

Ceron é um dos principais responsáveis pelo arcabouço fiscal, a principal regra de gestão das contas públicas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O arcabouço substituiu o teto de gastos, permitindo um crescimento real das despesas de até 2,5% por ano - o teto limita a expansão à **inflação** do ano anterior. Além disso, retomou as captações externas dos títulos da dívida pública e criou os green bonds, títulos destinados ao desenvolvimento sustentável.

Assim como Durigan, o atual secretário do Tesouro tem relação de longa data com o ministro. Auditor fiscal do município de São Paulo, Ceron participou da gestão de Haddad na prefeitura paulistana com diferentes cargos, começando como subsecretário do Tesouro e terminando como secretário de Finanças.

Além de Durigan e Ceron, devem ficar na Fazenda os secretários da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, e o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. Barreirinhas é procurador do município de São Paulo e também participou da gestão Haddad na prefeitura. Mello é professor da Unicamp.

Por outro lado, o secretário de reformas econômicas, Marcos Pinto, vai deixar a pasta após entregas importantes projetos, dentre eles a ampliação da isenção do Imposto de Renda. Ainda não há definição sobre o seu sucessor, mas foi feita a defesa por um nome da equipe atual.

O chefe de gabinete de Haddad na Fazenda, Laio Correia, encerrará seu período na pasta junto com ele. Houve ainda a dissolução da secretaria especial de **Reforma Tributária**, que era comandada por Bernard Appy, após a mudança nos **impostos** sobre o consumo virar lei.

Em entrevista ao GLOBO na última semana, o ministro da Fazenda afirmou que conversou com Lula sobre seus planos para 2026. Haddad revelou que falou para o presidente que não pretende ser candidato no ano que vem, mas que gostaria de colaborar com a campanha à reeleição do petista. Lula, por sua vez, nas palavras do ministro, teve uma reação "muito amigável" e disse que iria respeitar qualquer decisão do chefe da equipe econômica.

O PT, no entanto, insiste para que Haddad concorra a um cargo majoritário na eleição de São Paulo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/12/18/como-deve-ficar-nova-formacao-da-equipe-economica-com-a-possivel-saida-de-fernando-haddad.ghtml>

Projeto que aumenta a arrecadação traz "reciclagem" do orçamento secreto

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O Congresso Nacional embutiu uma "reciclagem" do orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão, e do dinheiro de outras emendas parlamentares no projeto de lei que promove um corte de 10% em benefícios tributários e aumenta a tributação de bets, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP). O texto pode destravar até R\$ 3 bilhões em recursos de interesse dos parlamentares que foram cancelados em 2024.

A principal medida do projeto, aprovado ontem tanto na Câmara quanto no Senado, aumenta a arrecadação do governo em aproximadamente R\$ 20 bilhões em 2026 (mais informações na pág. B2). O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou a medida como essencial para fechar o Orçamento de 2026.

Em votações anteriores, os deputados haviam rejeitado projetos semelhantes de aumento dos mesmos **impostos** e de redução de benefícios fiscais. Agora, fizeram um acordo com o governo para a aprovação do texto e esperam ser contemplados com o pagamento de emendas.

Nos bastidores, deputados citavam acordos para liberação de R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões a cada parlamentar que votasse a favor do projeto.

Conforme o Estadão revelou, a cúpula do Congresso deflagrou uma operação em fevereiro deste ano para salvar verbas do orçamento secreto e outras emendas parlamentares que não foram pagas nos últimos anos e que estão sendo questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O Legislativo aprovou um projeto, com sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para recuperar verbas do orçamento secreto que haviam sido canceladas pelo Executivo. Os recursos acabaram anulados porque foram indicados em anos anteriores, mas as obras não começaram, deixando o dinheiro parado e inscrito nos chamados "restos a pagar". Agora, poderão ser "ressuscitados" até o fim de 2026, ano de eleições.

Na nova proposta, o Congresso foi além ao permitir que, se não houver dinheiro suficiente para resgatar e

executar os projetos originais, o governo possa reciclar a verba e destiná-la a outras obras e até outros municípios.

O governo poderá, inclusive, juntar sobras de várias emendas para criar outra. Normalmente, a legislação não permite isso, pois cada recurso novo precisaria ser aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Só em 2024, foram cancelados R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares que não haviam sido executadas em anos anteriores, incluindo R\$ 2,2 bilhões do orçamento secreto. O cancelamento ajuda o Executivo a destravar aqueles recursos para prioridades atuais. Neste ano, foram cancelados R\$ 620 milhões, valor que deve subir até dia 31.

Agora, esses recursos poderão ser recuperados. Dispositivo semelhante foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, aprovada no último dia 4. O novo projeto insere a medida em uma lei complementar, que não muda de um ano para outro e é mais difícil de ser alterada, dando maior segurança aos congressistas.

A reciclagem de emendas interessa ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pois privilegia obras que não começaram, projetos com problemas na execução e emendas que não cumpriram as exigências do STF sobre transparência - a maior delas no Amapá, reduto eleitoral de Alcolumbre.

Na noite de terça-feira, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ligou aos líderes partidários e para Alcolumbre para combinar a aprovação do texto nas duas Casas, pois havia um movimento entre deputados de oposição para adiar a votação e evitar o aumento de arrecadação do governo em ano eleitoral.

I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria e fintechs criticam aumento de tributos

I FLÁVIA SAID e LUCAS AGRELA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o projeto de lei aprovado pelo Congresso compromete a capacidade de crescimento da indústria.

"Ajuste das contas públicas continua recaindo sobre o setor produtivo, enquanto despesas seguem trajetória de alta", criticou a entidade, em nota. A CNI argumenta que o Poder Executivo deveria atuar para conter o crescimento dos gastos, "mas essa não é a sinalização para 2026, quando as despesas federais devem ter crescimento real de 4,6%".

Além de reduzir em 10% os benefícios fiscais federais de diversos setores, o texto aumenta para 17,5% a tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Sobre o aumento da tributação de JCP, a CNI disse que essa mudança deve desestimular o investimento do setor produtivo e diminuir a possibilidade de crescimento da economia.

Já a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs) expressou "preocupação" com a aprovação do texto, que prevê a elevação da CSLL incidente sobre fintechs de maneira escalonada (chegando a 15% a partir de 2028). Em nota, a entidade defendeu um tratamento tributário proporcional, que leve em conta as diferenças entre fintechs e grandes instituições financeiras tradicionais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova redução de benefícios, e governo terá mais R\$ 20 bi em 2026

THAÍS BARCELLOS E LAURIBERTO POMPEU

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que reduz benefícios fiscais e eleva a tributação de bets e fintechs, além da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP). O projeto, que vai à sanção do presidente Lula, é considerado crucial para fechar as contas de 2026, ano em que o governo terá de perseguir uma meta superavitária de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ou R\$34,3 bilhões. A expectativa de arrecadação é de cerca de R\$ 20 bilhões, montante necessário para concluir a elaboração do Orçamento de 2026, cuja votação está prevista para hoje.

O corte linear de 10% sobre os incentivos tributários será aplicado já no ano que vem. Não serão afetados os benefícios previstos na Constituição, como a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional.

Além disso, a Câmara modificou a proposta original para empresas do regime de lucro presumido e passou a prever que a redução dos incentivos só irá valer para as companhias com faturamento superior a R\$ 5 milhões por ano, em vez de R\$ 1,2 milhão como queria o governo.

Os deputados também cortaram do projeto as mudanças sobre a desoneração da folha de pagamento, que já tem um calendário próprio, e os benefícios para políticas industriais do setor de tecnologia da informação e semicondutores.

Com isso, a expectativa de arrecadação original cairia de R\$ 19,9 bilhões para R\$ 17,5 bilhões. Mas essa perda deve ser compensada com o aumento da taxação de bets, fintechs e JCP.

Para a XP, a proposta teria o potencial de elevar em R\$ 20,3 bilhões a arrecadação anual do governo federal - cifra, no entanto, que será um pouco inferior a esse patamar em 2026 devido à noventena (regra que impede a cobrança de um novo tributo ou aumento da alíquota antes de decorridos 90 dias da data de publicação da lei). Ainda assim, a avaliação é que o Executivo conseguirá se aproximar do limite inferior da meta fiscal no próximo ano, ou seja, de um déficit zero.

FINTECHS CRITICAM MUDANÇA

No caso das bets, o imposto aplicado sobre a receita bruta das casas de apostas vai aumentar dos atuais 12% para 15%, de forma linear e gradual, com 1 ponto por ano, até 2028.

Para as fintechs, o texto apresentado na Câmara sobe a alíquota daquelas sujeitas à taxa de 9% da CSLL para 12% no ano que vem e 15% a partir de 2028. As fintechs maiores, com alíquota de 15%, passariam a 17,5% em 2026 e 20% em 2028.

O imposto sobre distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) pelas empresas a seus acionistas -uma forma de entrega de lucros usada principalmente pelo setor financeiro -, sobe dos atuais 15% para 17,5%.

O projeto também define que bancos e fintechs que permitirem transações relacionadas a casas de apostas não regularizadas sejam responsáveis pelo recolhimento dos **tributos** de bets ilegais. Pessoas físicas e jurídicas que fizerem publicidade para bets não autorizadas também serão responsabilizadas.

Para a Zetta, que representa grandes fintechs, como o Nubank, o aumento da tributação é um "retrocesso", ameaça os avanços na inclusão financeira no país e vai na contramão da agenda de ampliação da competitividade do setor, que, segundo a associação, é concentrado em poucos bancos.

"Surpreende que setores que ampliaram o acesso a serviços financeiros, estimularam a formalização e fortaleceram a concorrência do setor sejam penalizados, enquanto outras atividades, cujos efeitos sociais adversos já são amplamente reconhecidos e noticiados, não enfrentem ônus proporcionais", afirmou.

Plínio Lemos Jorge, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), disse que esse aumento de tributação "não é o cenário ideal" e que qualquer mudança nas regras depois de o mercado já estar em operação gera insegurança, porque as empresas fizeram seus cálculos com base na alíquota de 12% e na carga tributária padrão aplicada a outros setores.

- Mas poderia ter sido pior. O fato de o aumento ser escalonado, ao longo de três anos, ameniza o impacto imediato e dá algum fôlego para que as empresas se

reorganizem, ajustem seus modelos de negócio e refaçam as contas para continuar operando no Brasil. Ainda assim, é uma medida que exige cautela, porque uma tributação elevada demais pode comprometer a sustentabilidade do mercado regulado -disse.

O líder do governo no Congresso e relator do projeto, Randolfe Rodrigues (PT-AP), defendeu a reavaliação de incentivos:

- Em razão da possibilidade de gerarmos distorções a locativas e má distribuição de recursos públicos e escassos, é extremamente relevante que esses benefícios sejam constantemente avaliados e monitorados, sob o risco de estarmos aumentando as desigualdades sociais. Trata-se, então, de proposta que aponta para a redução de tais incentivos, para maior transparência e controle sobre os valores concedidos, caminhando para maior responsabilidade fiscal.

FORTE ARTICULAÇÃO

A apresentação do texto aconteceu após intensa negociação do governo, que foi a campo, nos dois últimos dias, para buscar a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ligou para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de reunião com líderes da Casa. O chefe da equipe econômica ressaltou que a pasta precisava de R\$ 20 bilhões para fechar o Orçamento de 2026, valor de arrecadação previsto com a versão original do texto.

Ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que podia votar o projeto da dosimetría em troca do andamento da matéria fiscal. Depois, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, negou que houvesse um acordo com o governo.

A equipe econômica tenta votar o Orçamento do próximo ano nesta semana, a última antes do recesso parlamentar. O projeto em discussão garante os recursos para alcançar a meta do próximo ano, que é de um superávit. Sem esses recursos, o risco de o governo iniciar o ano tendo que conter gastos subiria muito. O governo ficou jogando com o risco de corte de emendas parlamentares para tentar convencer os deputados a avançar com as medidas.

STF limita multa isolada tributária por descumprimento ou erro em declaração

Luiza Calegari

O Supremo Tribunal Federal (STF) limitou a multa isolada tributária, cobrada pelo Fisco por descumprimento ou erro em declarações e documentos fiscais exigidos junto com o pagamento de **impostos** - as chamadas obrigações acessórias. Como o julgamento, realizado ontem, se deu sob a sistemática da repercussão geral, o entendimento deverá ser seguido pelas instâncias inferiores do Judiciário do país (Tema 487).

Os ministros decidiram que a multa isolada não pode ultrapassar 60% do valor do tributo ou crédito vinculado, e poderá chegar a até 100% se houver circunstâncias agravantes (RE 640452).

Quando não houver tributo devido nem crédito tributário, mas existir valor de operação ou prestação vinculados à penalidade, a multa não pode ultrapassar os 20% desse valor, podendo chegar a 30% se houver circunstâncias agravantes.

São circunstâncias agravantes, por exemplo, o dolo (intenção), a reincidência específica, o fato de a obrigação violada já ter sido objeto de solução em consulta do infrator e de o mercado ser regulado. E na aplicação da multa, segundo os ministros, deve ser observado o princípio da consunção, ou seja, a infração mais grave deve "absorver" outra menos grave que seja subjacente ou preparatória.

Além disso, na análise individualizada das circunstâncias agravantes, o Fisco e o julgador podem considerar outros parâmetros, como adequação, princípio da insignificância e vedação de dupla punição pelo mesmo fato. E esse limite não se aplica às infrações de natureza mais administrativa, como as penalidades aduaneiras - geralmente de perdimento de mercadoria.

Em nota ao Valor, a ProcuradoriaGeral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que essa exceção foi o ponto mais sensível da atuação do órgão no processo. A decisão, diz, "preserva outros bens jurídicos tutelados e que não podem ser atingidas pela garantia do não confisco, de índole eminentemente tributária".

Por maioria, o STF também definiu que a decisão passa a produzir efeitos a partir da publicação da ata

do julgamento do mérito. Ficam ressalvadas as ações judiciais em processos administrativos ainda não concluídos, e os fatos geradores ainda sem o pagamento da multa.

De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat), que atua no processo como parte interessada (*amicus curiae*), hoje, em 12 Estados, a multa é cobrada sobre o valor da operação, e não sobre o tributo devido, o que deixa a conta mais alta. Além disso, afirma a entidade, alguns Estados preveem a cobrança de mais de uma alíquota por descumprimento de obrigação acessória, dependendo da infração.

Breno Vasconcelos, que representou a Abat no processo, entende que a imposição de limites foi positiva, embora em patamares mais altos do que o pretendido. A entidade defendia a limitação a 20% do tributo devido, como o relator, ministro Luís Roberto Barroso. "Quantitativamente, há um ganho com a moderação sancionatória, uma vez que todos os Estados que instituíram multas mais altas que esse patamar terão que adequar seus limites", diz.

Entre os Estados que usam como base de cálculo o valor da operação, oito aplicam hoje percentuais acima do limite determinado pelo STF. São eles: São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Ceará, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Outros nove Estados adotam a cobrança sobre o valor do imposto devido, e todos eles terão que reduzir o limite: Piauí, Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Sul, Roraima e Rondônia. Segundo a PGFN, em âmbito federal as penalidades já "se adequam aos parâmetros" do STF.

Por outro lado, o fato de a decisão ter deixado espaço para análise de requisitos específicos nos casos concretos restringe o efeito positivo que ela poderia ter na redução de litígios, afirma Leandro Lucon, sócio do escritório Finocchio Ustra Advogados. "A fiscalização tende a calibrar melhor as autuações, mas continuará haver margem para autuações agressivas, agora justificadas por 'circunstâncias agravantes'", diz.

Segundo Vasconcelos, no entanto, a possibilidade de discussão ficou aberta também em favor do contribuinte. "Se eu provar que uma multa de 60% é desproporcional porque a infração é insignificante,

consigo anular a cobrança mesmo que ela tenha ficado abaixo do teto", afirma.

No processo levado ao STF, a Eletronorte discutia o fato de ter que recolher ao Estado de Rondônia o dobro do montante do imposto pago por não emitir notas fiscais em compras de diesel para a geração de energia termelétrica.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Disruptivo e distópico

Carin Petti Para o Valor, de São Paulo

Com algoritmos, inteligência artificial (IA) e conectividade cada vez mais presentes, o futuro promete novas formas de pensar, trabalhar, produzir e consumir. Para apontar possíveis caminhos, o Valor ouviu os futuristas Álvaro Machado Dias, Lala Deheinzelin e Rosa Alegria, o sociólogo Glauco Arbix e a especialista em gestão de pessoas Roberta Basílio.

Para Machado Dias, professor livre-docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a inteligência artificial tende a remodelar o mercado de trabalho em duas etapas. Na primeira, de 2030 a 2035, aproximadamente, ele aposta no achatamento dos salários como forma de aproximar o custo da mão de obra ao das tecnologias baseadas em IA e seus operadores.

Na fase seguinte (2035-2040), a expectativa é de maciça eliminação de postos. "Os LLMs [modelos de linguagem de grande escala] estão convergindo para dispositivos de substituição do trabalho humano", afirma. "Em 10 a 15 anos, a tecnologia terá avançado a ponto de se tornar mais atraente para os empresários do que a contratação de funcionários em diversas áreas, por uma questão de fricção operacional e de custos."

Para o professor, o expurgo em massa do mercado de trabalho deve atingir principalmente os jovens de formação precária. "As empresas vão preferir pagar um adicional em cima dos tokens [unidades básicas dos LLMs], via **tributos**, do que contratar", afirma. "Isso significa que não há outro caminho senão o da tributação do token igual ao trabalho humano."

Em sua análise, esse novo contingente sem lugar nas folhas de pagamento tenderá a se concentrar na chamada "gig economy" - a economia dos bicos e trabalhos temporários intermediados por plataformas digitais. Como resultado, ele prevê o surgimento de uma nova categoria social: o obsoletariado, mais definida pela baixa relevância produtiva e falta de pertencimento do que pela renda.

"O perigo não é tanto econômico, pois, com a maior produtividade, o **PIB** tende a crescer, novas formas de geração de renda devem surgir e programas distributivos se tornarão a norma", diz. "O problema é sociopolítico e existencial. Quando as pessoas se sentem inúteis, elas tendem a fomentar o populismo

baseado em promessas irreais de salvação à esquerda e à direita." Como resultado, ele prevê tempos de grandes turbulências e muitos riscos institucionais.

O sociólogo Glauco Arbix, professor titular da Universidade de São Paulo (USP), pensa parecido. Na sua análise, o avanço do extremismo político tende a se intensificar, impulsionado pela forma como algoritmos e redes sociais modelam percepções da realidade. É que as ferramentas privilegiam o engajamento em detrimento da exposição a ideias divergentes. "Como a atenção dos usuários virou moeda, as redes sociais buscam conteúdos que reproduzem pensamentos semelhantes aos nossos para nos sentirmos estranhamente à vontade em bolhas de conhecimento", afirma.

"Isso enfraquece o espaço público e a busca do interesse coletivo, que dependem do choque de opiniões e de debates amadurecidos", diz. Nesse contexto, cresce a desvalorização da democracia. "Não há como falar em democracia sem espaço para o contraditório."

Na mesma onda, Arbix destaca o crescimento de movimentos políticos de ultradireita. "São grupos que defendem posturas individualizadas e nacionais e desvalorizam a negociação e o multilateralismo." E argumenta: "Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, partidos de extrema direita estão liderando a corrida eleitoral na Alemanha, no Reino Unido e na França."

Na sua avaliação, o universo corporativo também pode ser afetado, com a busca por soluções comprometida pela escassez de visões distintas. "Nas empresas diversificadas, as pessoas ouvem opiniões divergentes mesmo quando não gostam, pois sabem que um só ponto de vista diminui a possibilidade de eficiência, com redução da compreensão de todas as dimensões da atividade", diz.

Apesar de produtiva, a capacidade de escuta anda em falta. "Muita gente tem pouca paciência para interagir e ouvir a opinião dos colegas, o que dificulta a cooperação", diz Roberta Basílio, consultora e professora do curso de administração da ESPM. Segundo ela, a intolerância ideológica também vem avançando nos escritórios. "Vemos casos de líderes assediando moralmente quem não compartilha sua religião ou seu viés político."

Diante disso, na sua visão, crescerá a necessidade de as empresas atuarem como reguladoras de atritos interpessoais, com maior interferência e treinamento. "Quando há muito conflito, a interação é prejudicada e é o negócio que perde."

Mesmo em tempos de polarização, Lala Deheinzelin, fundadora do movimento Crie Futuros, antevê uma era mais colaborativa. "Não dará mais para sobreviver sozinho, e isso é uma enorme mudança", afirma. Entre as pequenas empresas, por exemplo, ela aponta como tendência a formação de cooperativas de plataforma, compostas por negócios da mesma cadeia produtiva. Outro modelo é o compartilhamento de produtos e serviços, como, contadores, distribuidoras e sistemas de gestão de clientes.

Segundo a futurista, a economia da troca também deve ganhar força, incentivada pela redução do emprego. Para isso, aposta na criação de diferentes plataformas para oferta de produtos e serviços - de sobras de estoque nas empresas a cuidados com idosos, por exemplo. Pelo modelo, em vez de pagamento em dinheiro, as transações são remuneradas por créditos, utilizados para acessar outras ofertas do sistema. "É um jeito de compensar quem não tem muita renda, mas tem horas de trabalho a oferecer", diz. "É cada vez mais evidente que recursos podem ser transacionados de forma não monetária."

Diante de tantas mudanças disruptivas, os horizontes futuros, para grande parte dos jovens, não trazem sonhos, mas ameaças. Cerca de oito em cada dez associam o que está por vir ao sentimento de ansiedade, segundo estudo realizado com 689 brasileiros de 18 a 28 anos pelo movimento Teach the Future Brasil (TTF-Brasil). Ainda de acordo com a pesquisa, 62% atribuíram nota quatro ou cinco à frase "sinto medo do que pode acontecer comigo no futuro", numa escala de um a cinco.

"É uma geração que olha para frente e não vê um ponto de chegada, mas algo de que se quer fugir", diz Rosa Alegria, coordenadora do estudo e fundadora do TTF-Brasil. "Eles anteveem um futuro ameaçador, sem emprego, sem lugar no mundo, sem água, sem ar para respirar, com o planeta fervendo", afirma.

Diante disso, ela aposta no ensino da "alfabetização de futuros" - metodologia criada pela Teach the Future para tratar o futuro como disciplina escolar. O objetivo é estimular crianças e adolescentes a imaginar cenários com outras possibilidades. "É preciso mostrar que o futuro não é destino, mas algo a ser construído", defende.

Este caderno traz reportagens sobre avanços

esperados na área de saúde, perspectivas para educação, consumo e cultura, rumos da agricultura e da alimentação, e avanços tecnológicos que vão delinear o futuro.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Haddad: crescimento ajuda o esforço fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o crescimento da economia é importante para ajudar no "esforço fiscal" que o governo tem que fazer.

"O Brasil não tem saída sem crescimento", disse.

"Começamos a convencer setores expressivos de que era possível sustentar uma economia que cresce mais, porque não penaliza o trabalhador. Estamos dobrando o crescimento médio em relação ao período anterior. Ao mesmo tempo em que sustenta o consumo das famílias, o investimento público e atrai o privado, esse crescimento corrobora o esforço fiscal. O esforço fiscal que tem que fazer é menor do que o que teria que fazer se a economia não estivesse crescendo", argumentou o ministro durante sua fala na abertura da reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A previsão do governo, segundo Haddad, é fechar o mandato com um crescimento médio de 2,8% ao ano. Ele reforçou que seria o maior aumento médio da economia desde os governos passados de Lula. "O crescimento médio desses três anos é de mais de 3%, previsão nossa é chegar a um crescimento médio de 2,8% (ao fim do mandato). É o maior crescimento desde os governos Lula 1 e 2. Tivemos um vale de lágrimas de baixo crescimento desde então, sobretudo desde 2015, mas estamos retomando esse crescimento", afirmou Haddad.

"Quando a economia cresce, ajuda a fazer esse acerto de contas. O Brasil não tem saída sem crescimento, não há como resolver os problemas do Brasil sem crescimento. É óbvio que esse crescimento tem que ser sustentável. Estamos crescendo com o menor desemprego e a menor inflação somados", completou.

Haddad: crescimento ajuda o esforço fiscal CONTAS PÚBLICAS Haddad disse que o governo herdou deficit de Bolsonaro Reprodução/YouTube Agradecimentos Haddad agradeceu aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, tanto os atuais, quanto os anteriores. Disse que houve um "esforço institucional enorme" feito por Arthur Lira (PP-AL), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Hugo Motta (Republicanos- PB) e Davi Alcolumbre (União-AP) para pautar propostas de interesse do governo nesses últimos três anos. Também elogiou os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso.

"Somos uma equipe muito integrada sob a liderança de Lula, mas se não fosse o Legislativo e o trabalho que esses líderes (do governo) fizeram para tornar isso realidade, não teríamos a menor condição de chegar até aqui. É natural as tensões entre Poderes, é natural ter divergências, brigar por mais ou por menos, chegar em um meio termo, negociar, mas a grande verdade é que no meio disso tudo há esforço institucional enorme feito pelos presidentes das duas Casas desde 2023", afirmou Haddad.

"Tenho visto, sobretudo em função da minha pasta, como as pessoas reconhecem a questão da justiça tributária. Quando a pessoa vê que quem está pagando a conta do andar de baixo pela primeira vez é o andar de cima, isso ressoa na vida das pessoas. Estão vendo o esforço do governo de buscar justiça", exemplificou Haddad.

O ministro da Fazenda chamou de "milagre" o fato de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter conseguido aumentar os recursos voltados a programas sociais, investimentos em infraestrutura e outros gastos, e ao mesmo tempo "melhorar as contas públicas".

"Em todas as áreas, tem mais recurso hoje do que tinha no passado.

Às vezes é o dobro, o triplo do que tínhamos há cinco ou seis anos. Sempre que chega um ministro no Ministério da Fazenda, ele está reclamando de falta de recursos. Só que estamos dobrando, triplicando o volume de recursos de cada área", disse o ministro.

"Como é possível ampliar todos os programas sociais, os programas de investimento, melhorando as contas públicas, sem penalizar os mais pobres? Qual milagre o governo está operando para melhorar os programas sociais, os programas de investimento e as contas públicas, ao mesmo tempo?", questionou o ministro. "Alguém vai dizer: O governo está desarrumando as contas públicas. Quando é exatamente o oposto do que está acontecendo", acrescentou.

Haddad reclamou do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e do deficit contratado da gestão passada.

Afirmou que o Orçamento enviado ao Congresso pela equipe de Bolsonaro previa um deficit de R\$ 60 bilhões em 2023, mas outros gastos, como o compromisso em manter o Bolsa Família em R\$ 600 e o pagamento de precatórios "Assumimos o país com

um deficit contratado de R\$ 160 bilhões", disse.

Contando outras despesas, como mudanças no BPC e no Fundeb, afirmou Haddad, o presidente "assumiu com conta a pagar de mais de R\$ 200 bilhões".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correio-braziliense/2025/12/18/all.pdf>

A estagnação econômica do terceiro trimestre ESPAÇO (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

É sabido que a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) no terceiro trimestre deste ano foi muito baixa, de 0,1%, conforme noticiado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 4 de dezembro, dia em que publiquei meu artigo da primeira quinta-feira do mês, escrito na quartafeira.

Publico também na terceira quinta e só agora pude tratar dessa variação do **PIB**, tema sempre interessante.

Nos dois trimestres anteriores, o crescimento foi de 1,4% no primeiro e 0,4% no segundo.

Ou seja, a tendência de queda é clara. Nos três anos anteriores, o **PIB** cresceu perto de 3% no ano, mas a previsão do mercado é de algo próximo de 2% para o **PIB** de 2025 e de 2026. Como Lula será candidato, terá de se explicar quanto a essa queda. Ele enfatizará os 3%, mas essa taxa tampouco é grande coisa. O Brasil deveria procurar crescer 4% ou mesmo 5%, mas nem o Executivo nem o Legislativo federais parecem se preocupar com isso. Desde os anos 80 o País vem crescendo pouco, ficando para trás entre seus pares no grupo dos países em desenvolvimento.

Aliás, o Brasil acaba de sair da lista das dez maiores economias do mundo, passando à 11.^a posição. Em vez de caminhar para a frente, estamos andando para trás.

Essa é uma questão estrutural, porque não se altera rapidamente.

Nesse período pós- 1980, a taxa de investimentos em formação bruta de capital fixo, como em novas ou ampliadas indústrias, escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais e infraestrutura caiu bastante, em particular no setor público. Ele foi o maior responsável pela queda desses investimentos, ao optar pelos benefícios sócioeleitorais.

No total do País, a taxa de investimentos em capital fixo foi de 17,3% do **PIB** no terceiro trimestre e a taxa

de poupança bruta foi ainda menor: 14,5% do **PIB**. A taxa de investimentos deveria estar próxima de 25%. Quem vai encarar essa queda geral e lamentável?

2025 é um caso particular.

Candidatíssimo, Lula expandiu gastos governamentais desde o início do seu governo.

Acabou gerando **inflação**, e o Banco Central até exagerou na taxa Selic com que se dispôs a enfrentá-la. 15% ao ano?

Quem vai tomar dinheiro emprestado confiando na rentabilidade de seu empreendimento para pagá-lo? Se você toma dinheiro emprestado a juros para investir num negócio, é preciso que ele renda o suficiente para pagar o empréstimo, os juros e ainda renda mais um pouco, o que seria o lucro do empreendimento.

Até o próprio Ministério da Fazenda reconheceu que a política de juros desacelerou a economia: "O consumo das famílias desacelerou, refletindo o recuo no consumo de bens duráveis e não duráveis e a redução no consumo de semiduráveis e de serviços (...) A desaceleração está associada ao desaquecimento dos mercados de trabalho e de crédito no terceiro trimestre em resposta aos impactos defasados da política monetária restritiva", disse a Secretaria de Política Econômica (Folha de S. Paulo).

As variações do **PIB** brasileiro, em geral, seguem ciclos ou "voos de galinha" em que um avanço se esgota pela limitação dos investimentos. Em 2025, a taxa de juros precipitou esse esgotamento a taxas menores.

O relatório completo do IBGE pode ser encontrado no site do instituto, procurando por Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes. Ele é muito rico em informações e publica séries de números de várias décadas atrás, como a do **PIB**.

Entre esses dados estão os setoriais mostrando, por exemplo, que os setores que mais cresceram foram os de transporte, armazenagem e correio, indústrias extrativas, informação e comunicação, construção e atividade imobiliária.

Com variação negativa, aparecem atividades financeiras, seguros e serviços relacionados, eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos. Passando ao consumo, achei interessante constatar que o das famílias também ficou em 0,1%, mas o do governo subiu 1,3% no trimestre.

Parece-me que isso é mais uma evidência da gastança governamental.

Voltando à encrenca do baixo crescimento, creio que o País vai demorar a sair dele, se um dia isso ocorrer. Não há conscientização nem da sociedade nem dos Poderes Executivo e Legislativo quanto ao assunto nem quanto às suas causas.

Em 2027, o Brasil precisaria de um presidente disposto, primeiro, a colocar a casa do governo em ordem na questão fiscal e seu sucesso o colocaria na história nacional. Mas Lula, até aqui o favorito em 2026, mais provavelmente vai procurar criar um sucessor petista para a eleição de 2030, beneficiá-lo com mais medidas populistas e a festa vai continuar.

Pode até haver uma crise financeira pelo excesso de endividamento do governo, via continuidade dos déficits públicos.

E então seria um salvese quem puder generalizado.

De minha parte, irei me defendendo e sei que não faltarão notícias econômicas para digerir e comentar. Conto com a paciência dos leitores.

Há quem diga que o Brasil tem um excesso de economistas, mas realmente estamos num país economicamente muito complicado. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula ameaça desistir de acordo se UE não assinar tratado até sábado

I GABRIEL HIRABAHSI, MATEUS MAIA E GABRIEL DE SOUSA/BRASÍLIA COM AP E AFP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que teve informações de que a União Europeia (UE) ainda não consegue garantir a aprovação de acordo com o Mercosul a tempo da assinatura do termo, no sábado, em Foz do Iguaçu, e que, sendo assim, "o Brasil não fará mais acordo" enquanto ele for presidente.

A declaração ocorreu durante reunião ministerial na Granja do Torto. Lula reclamou do fato de a reunião do Mercosul ter sido adiada de 2 para 20 de dezembro a pedido da UE, justamente para que fosse possível a assinatura.

"É importante lembrar que nessa reunião do Mercosul, que era para ser dia 2 de dezembro, mudei para 20 de dezembro porque a União Europeia pediu, porque só conseguiria aprovar o acordo no dia 19. Agora estou sabendo que eles não vão conseguir aprovar. Está difícil, porque Itália e França não querem fazer por problemas políticos internos", afirmou o presidente. "Eu já avisei para eles que, se a gente não fizer agora, o Brasil não fará mais acordo enquanto eu for presidente.

Faz 26 anos que a gente espera esse acordo. Esse acordo é mais favorável para eles do que para nós", disse.

A maior oposição ao acordo vem da França. O presidente Emmanuel Macron sofre forte pressão de agricultores locais para não assinar o documento.

Ontem, o francês ganhou o apoio explícito da Itália, que dava sinais contraditórios sobre o tema.

Em mensagem antes da reunião do Conselho Europeu - formado por ministros dos 27 países-membros - que iria ratificar o acordo em reunião que começa hoje e termina amanhã, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, afirmou que seu país não está pronto para assinar o tratado.

"Seria prematuro assinar o acordo nos próximos dias", porque algumas salvaguardas que a Itália quer para proteger seus agricultores "não foram concluídas", declarou Meloni em um discurso no Parlamento.

Para tentar convencer os países que ainda resistem, a Comissão Europeia, braço executivo da UE, aprovou ontem a versão final de salvaguardas para agricultores do bloco. Segundo o comissário do Comércio do bloco, Maros Sefcovic, a medida abre espaço para uma "aprovação célere" do acordo preliminar.

Pelo texto aprovado ontem, o bloco pode passar a taxar importações do Mercosul caso entenda que produtores agrícolas estão sendo prejudicados (mais informações nesta página).

Antes da aprovação das medidas, Macron disse que não assinaria o tratado sob pressão.

"Se houver uma vontade de impor o acordo por parte das instâncias europeias, a França vai se opor de forma muito firme", disse Macron, durante reunião do Conselho Europeu, segundo a porta-voz do governo francês, Maud Bregeon.

QUEDA DE BRAÇO. Com o impasse, o presidente Lula adotou um tom mais incisivo do que na véspera, quando afirmou que havia conversado com Macron para explicar que não haveria perda de competitividade dos produtos franceses.

Segundo Lula, o acordo é mais benéfico aos europeus do que aos sul-americanos.

"Nós do Brasil trabalhamos muito para aceitar esse acordo e passar uma ideia, em um momento em que o presidente dos Estados Unidos (Donald Trump) quer fragilizar o multilateralismo e fortalecer o unilateralismo.

Mostrar ao mundo que um **PIB** de US\$ 22 trilhões estava fazendo um acordo para defender o multilateralismo", afirmou.

"Vou para Foz do Iguaçu na expectativa de que eles (europeus) digam "sim". Mas também, se disserem "não", vamos ser duros daqui para frente com eles. Cedemos a tudo o que era possível", declarou, ao se referir à Cúpula do Mercosul, que ocorre neste sábado - havia a expectativa de que o acordo de livre-comércio fosse assinado durante o evento.

O acordo entre os blocos é negociado há 26 anos e, uma vez ratificado, abrangerá um mercado de 780

milhões de pessoas e um quarto do Produto Interno Bruto mundial. O tratado favoreceria as exportações europeias de automóveis, maquinaria, vinhos e bebidas alcoólicas. Em troca, facilitaria a entrada na Europa de carne, açúcar, arroz, mel ou soja sul-americanos. O acordo eliminaria tarifas progressivamente sobre quase todos os produtos entre os dois blocos nos próximos 15 anos.

ADIAMENTO. Até o começo da semana, a Itália era apontada por negociadores como decisiva para o acordo ser firmado, mesmo com sinais não muito claros dados anteriormente pelo governo. Ontem, Meloni firmou posição. Disse estar "muito confiante" de que há condições do acordo ser firmado, mas só no início de 2026.

Em mensagem antes da reunião do Conselho Europeu, Meloni declarou que a Itália tem "trabalhado intensamente com a comissão" em suas demandas.

Elas incluem mecanismos de salvaguarda, um fundo de compensação e maiores regulamentações sobre pragas e doenças.

"Todas essas medidas, embora tenham sido apresentadas, ainda não foram totalmente concluídas. Portanto, acreditamos que assinar o acordo nos próximos dias, como foi sugerido, ainda é prematuro", afirmou. Meloni disse que isso "não significa que a Itália pretenda bloquear ou rejeitar o acordo como um todo". "Estou muito confiante de que, no início do próximo ano, todas as condições serão cumpridas." Com França, Polônia e Hungria, a Itália pode formar uma minoria de bloqueio entre os 27 Estados-membros da UE, o que impediria que o acordo fosse examinado nesta semana.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros sobem e analistas reduzem aposta de corte em janeiro

Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Bruna Furlani

Pressionados pelas alterações no cenário eleitoral e pela percepção de que uma mudança na política econômica do país, a partir de 2027, parece mais distante neste momento, os ativos locais estenderam ontem o tom negativo. Como o movimento mais intenso de reprecificação ocorreu após o fechamento do mercado de juros na terça-feira, o ajuste ontem mais expressivo foi visto na renda fixa local. Os vértices de médio e longo prazo da curva a termo encerraram nos maiores níveis desde meados de outubro.

A forte volatilidade dos últimos dias levou o mercado a precisar uma chance cada vez menor de que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza os juros já na sua próxima reunião, em janeiro. No mercado de opções digitais de Copom, a chance precisada pelo mercado de que o BC mantenha a Selic em 15% em janeiro subiu a 65%. Antes do anúncio da precandidatura de Flávio, esse percentual ainda era de 47%.

Ontem, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2029 saltou de 13,10% a 13,33%; e a do DI de janeiro de 2031 disparou de 13,385% para 13,635%.

O movimento, porém, não ficou contido aos juros. Outros ativos domésticos anotaram mais uma sessão de piora: o Ibovespa fechou em queda de 0,79%, aos 157.327 pontos, perto da pontuação vista no fim do dia do anúncio da precandidatura de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que foi de 157.369 pontos; já o dólar à vista encerrou em alta de 1,09%, a R\$ 5,5222, no maior patamar o desde 1 de agosto.

A aversão a risco eleitoral penalizou, especialmente, ações de bancos. Entre terça-feira e ontem, a perda de valor de mercado das cinco maiores instituições financeiras, somadas, chegou a R\$ 47,4 bilhões, segundo dados levantados pelo Valor.

A maior queda em termos de valor de mercado foi registrada pelo BTG Pactual, que viu o montante recuar R\$ 18,1 bilhões nos últimos dois pregões e bater R\$ 198,5 bilhões ontem. Na sequência aparece o Itaú Unibanco, que registrou perda de R\$ 14,9

bilhões, com o montante encerrando em R\$ 398,6 bilhões.

Investidores continuaram a precisar uma chance menor de mudança da política econômica a partir de 2027, seja pela percepção de que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) deve ir adiante com a sua candidatura, ou pela leitura de que o nome favorito do mercado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), perdeu tração para a disputa. A visão foi reforçada pela informação, que circulou nas mesas de operação, de que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) teria afirmado a participantes do mercado que Tarcísio tentará a reeleição em São Paulo.

O sócio e chefe de ações da Vinland, Rodrigo Andrade, afirma que o mercado acreditava que poderia haver alguma interferência política para a construção de uma chapa de oposição de centro-direita mais moderada, mas que houve frustração após o filho mais velho de Jair Bolsonaro reafirmar que seguirá na disputa e após a pesquisa de terça-feira, da Genial/Quaest.

"O movimento interrompeu o rali que vinha acontecendo na bolsa, e o mercado está digerindo a percepção de que o Flávio, de fato, entra como candidato", destaca o Andrade. "Em contrapartida, ele deve se reunir com investidores para tentar acalmar os ânimos. Carrega o sobrenome, mas ainda há muita dúvida sobre a viabilidade dessa candidatura", acrescenta.

Os encontros ocorrem em um momento em que o senador apresenta uma alta rejeição, conforme destaca o diretor de investimentos (CIO) da MAG Investimentos, Claudio Pires. "O Flávio aparece com a maior rejeição [entre os possíveis candidatos até aqui]. Parece ser um candidato bom de primeiro turno, mas a princípio bem pouco competitivo em segundo turno", avalia, em referência aos resultados da pesquisa Genial/Quaest.

O executivo da MAG destaca ainda que o mercado não vê em Flávio um gestor tão bom quanto Tarcísio. Em meio à turbulência eleitoral, ele observa que o desempenho negativo dos ativos dos últimos dias também está ligado a um ambiente técnico pior. "O mercado está muito posicionado na mesma direção, e quando acontece um estresse desse, a porta de saída

fica pequena. Os movimentos acabam sendo agudos", diz ele, ao lembrar que uma das posições mais comuns no mercado recentemente é de aposta na queda dos juros futuros, à medida que o Banco Central se aproxima de um ciclo de cortes da taxa básica de juros.

O gerente de tesouraria do Banco Daycoval, Otávio Oliveira da Silva, diz que o principal ponto de estresse se dá porque existe a visão em torno do governo atual de que sua orientação política não será de responsabilidade fiscal em um novo mandato.

Para Silva, a turbulência poderia ser ainda pior, caso o cenário de juros e **inflação** no Brasil fossem diferentes. "Faço um contraponto importante: talvez o câmbio esteja até se segurando. [O dólar] poderia ficar ainda mais alto, dependendo da ata do Copom e da **inflação**", diz. "Se a posição do BC fosse mais favorável e agressiva ao corte, é factível que o dólar subiria ainda mais."

Apesar do estresse recente, o diretor da MAG Investimentos ainda acredita que o Copom tem margem para sustentar um corte de juros já em janeiro. No entanto, a casa tem em seu cenário-base uma primeira redução apenas em março, já que, até lá, o Copom estará completo com os substitutos dos diretores de política econômica, Diogo Guillen, e de organização do sistema financeiro e de resolução, Renato Dias Gomes.

Além disso, Pires afirma que a própria comunicação adotada pelo BC ainda não deu sinal de que a autoridade monetária caminha para flexibilizar a política monetária tão cedo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Aumento de remessas ao exterior chega a 30% este ano

THAÍS BARCELLOS E FABIO GRANER

O volume de remessas de lucros e dividendos ao exterior no fim deste ano está cerca de 20% a 30% superior ao padrão dos últimos anos devido à corrida das empresas para distribuí-los antes das mudanças na tributação em 2026. A estimativa é do secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, para quem o movimento é "absolutamente natural" e não está afetando o câmbio.

O mês de dezembro tradicionalmente já reúne o maior volume de remessas ao exterior de cada ano devido ao fechamento do balanço de empresas. Em 2024, os recursos enviados somaram US\$ 8,8 bilhões no período - o que representa 20% do total do ano passado. Neste ano, o número está até 30% maior.

Atualmente, não há cobrança de Imposto de Renda sobre os lucros e dividendos distribuídos. Esse tratamento vai mudar no ano que vem. Os rendimentos obtidos via distribuição de lucros que superarem R\$ 50 mil por mês serão tributados na fonte em 10%. Além disso, os dividendos passarão a fazer parte do cálculo da renda para verificar se o contribuinte é elegível ao imposto mínimo na declaração anual.

A lei, no entanto, permite que dividendos referentes ao lucro de 2025 e com decisão de distribuição até o fim deste ano fiquem isentos, ainda que possam ser pagos até 2028. Por isso, as empresas estão correndo para fugir da tributação, reforçando o fluxo de saída de capitais.

-Está absolutamente natural. Os números estão mais altos do que nos anos anteriores -disse Pinto.

Ele observa, no entanto, que grande parte da distribuição de recursos das empresas para seus acionistas está ocorrendo via juros sobre capital próprio (JCP), cujo imposto já é retido na fonte. Segundo Pinto, os cálculos da **Receita Federal** apontam uma redução de 50% na distribuição dos dividendos no ano que vem.

Para o secretário, mesmo com a corrida para distribuir resultados pelas empresas, a arrecadação de dividendos será muito significativa em 2026.

Deixando a pasta após três anos, o secretário defendeu que o país enfrente no futuro uma discussão mais profunda sobre a tributação das empresas no Imposto de Renda, buscando reduzir regimes diferenciados e exceções.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>